

JORNAL DE BRASÍLIA É preciso agir

27 FEV 1987

O presidente José Sarney foi à televisão anunciar à nação a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, medida de inegáveis repercussões dentro e fora do país, certamente da maior importância, concorde-se ou não com ela. Mas, em seu pronunciamento, o presidente da República passou ao largo dos gravíssimos problemas econômico-financeiros que atravessamos e que inviabilizam qualquer tentativa de um projeto de desenvolvimento.

O Brasil suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa, mas internamente os juros continuam em sua escalada absurda, chegando mesmo ao nível da agiotagem pública, consentida e reconhecida. É claro que é direta a relação entre inflação e taxas de juros e todos sabemos em que deram as ótimas intenções do Plano Cruzado e a utopia da inflação zero. A questão é simples: o governo precisa, com urgência, enfrentar diretamente o problema ou o país não aguentará.

Como pode um setor produtivo crescer com estas taxas de juros? Como podem os trabalhadores sobreviver com os salários sendo comidos pela inflação? Como pode um governo administrar desta maneira? Poucos, muito poucos, estão satisfeitos: apenas os que vivem da especulação financeira, que tanto alimenta a inflação.

Na Argentina, o processo está se dando de modo inverso. O governo anunciou uma série de medidas econômicas para segurar uma inflação que se aproxima dos três dígitos. É bom lembrar que quando foi editado o Plano Austral, há 20 meses, a inflação argentina chegava aos mil por cento. Salários e preços foram congelados, mas de modo realista, ou seja, depois de devidamente reajustados. O mesmo ocorreu com o câmbio. O setor público não se viu prejudicado

como no Brasil do cruzado, pois as tarifas também foram reajustadas — em apenas dois por cento — para impedir o irrealismo que acaba onerando o próprio estado.

É interessante observar quais foram as medidas tomadas pelo governo argentino em relação às taxas de juros. Os argentinos, nesta edição revisada do Plano Austral, entendem, com razão, que a redução dos juros está relacionada com a redução da inflação. Mas não ficaram só na constatação: os juros regulados para empréstimos foram reduzidos de sete para quatro por cento ao mês e os da poupança, de seis para três por cento. Continuam sem taxação os juros no mercado livre, mas o Banco Central poderá intervir sempre que o aumento for excessivo.

As decisões tomadas na Argentina vêm, como é natural em um regime democrático, sofrendo críticas à direita e à esquerda. Estão sendo, inclusive, acusadas de eleitoreiras. E a oposição peronista critica o governo por não tomar uma medida efetiva em relação à dívida externa, falando até mesmo em moratória.

Existem, assim, lá como cá, muitos problemas. Mas é importante ressaltar que na Argentina o governo está agindo, tomando medidas, anunciando programas e projetos e arcando com os inevitáveis ônus. Quem age, quem faz alguma coisa, sofre críticas. Mas a pior posição é simplesmente nada fazer, deixar que uma situação se agrave a ponto de inviabilizar um país que tem enorme potencial de desenvolvimento.

O governo brasileiro precisa agir, com urgência. Ou age rapidamente — e isto não significa agir à revelia da sociedade, de seus setores organizados, inclusive dos partidos políticos — ou será unanimemente condenado.